

Resolução CNJ nº 347/2020

Item	Ação	Providências (sugestão)
01	<p>Art. 6º Os órgãos do Poder Judiciário devem elaborar e implementar Planos de Logística Sustentável – PLS, de acordo com as regras definidas pela Resolução CNJ nº 201/2015, e suas atualizações.</p> <p>Parágrafo único. O escopo do PLS, sempre que possível, deverá ser ampliado, alcançando o monitoramento dos grandes contratos do órgão, de modo a subsidiar a criação de políticas internas e a tomada de decisão da</p>	<p>a) monitoramento dos grandes contratos de modo a subsidiar a criação de políticas internas e a tomada de decisão da alta administração; e</p> <p>b) alinhamento do PLS com o Plano Estratégico Institucional;</p> <p>c) estudo para verificar a possibilidade de o PLS abranger as diretrizes para a gestão estratégica das contratações e da logística do TSE, observado o disposto no art. 33 da referida Resolução.</p>

alta administração.

Art. 7º O PLS deverá estar em harmonia com o Plano Estratégico Institucional e demais instrumentos de desdobramento da estratégia dos órgãos, observado o disposto no § 1º do art. 4º.

Art. 8º A critério da alta administração, o PLS poderá abranger as diretrizes para a gestão estratégica das contratações e da logística do órgão, observado o disposto no art. 33.

02

Art. 9º Os órgãos do Poder Judiciário deverão elaborar anualmente, até o dia 30 de abril, a versão preliminar, e publicar até o dia 30 de outubro o respectivo Plano Anual de Contratações – PAC, consolidando as demandas de obras, serviços de engenharia, tecnologia da informação, bens e serviços comuns que pretendem contratar no exercício subsequente, bem como aquelas que pretendam prorrogar, na forma do [art. 57 da Lei nº 8.666/93](#).

Art. 10. O PAC deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

Indicar a Unidade Orgânica responsável pela elaboração do Plano Anual de Contratações (PAC), a qual deve observar as diretrizes indicadas nos arts. 10, 11 e 12 da Resolução CNJ nº 347/2020 na elaboração do PAC, principalmente em relação à necessidade de elaboração do Calendário das Contratações (art. 11, III).

	<p>I – o código de item;</p> <p>II – a unidade requisitante do item;</p> <p>III – a quantidade a ser adquirida ou contratada;</p> <p>IV – a descrição sucinta ou do objeto;</p> <p>V – a justificativa para a necessidade da aquisição ou contratação;</p> <p>VI – a estimativa preliminar do valor;</p> <p>VII – o grau de prioridade da compra ou contratação, com graduações de alto, médio e</p>	
--	--	--

baixo; e

VIII – a data estimada para a compra ou contratação.

Parágrafo único. O código mencionado no item I, preferencialmente, e na medida do possível, deverá seguir a padronização dos Sistemas de Catalogação de Material ou de Serviços do SIASG.

Art. 11. Na elaboração do PAC, os órgãos deverão promover diligências necessárias para:

I – conciliá-lo aos prazos de elaboração das propostas orçamentárias;

II – agregar, sempre que possível, demandas referentes a objetos de mesma natureza;

III – construir o calendário de contratações;

IV – indicar as potenciais compras compartilhadas a serem efetivadas no exercício seguinte pelos órgãos; e

V – promover a inclusão, exclusão ou o redimensionamento de itens do PAC, sempre que necessário.

Art. 12. O PAC deverá ser aprovado pela autoridade competente, após seu alinhamento com a Lei

	Orçamentária Anual, e divulgado no sítio eletrônico do órgão, inclusive suas alterações, até quinze dias após a sua aprovação.	
03	Art. 13. Observado o modelo de competência e as disposições constantes do Capítulo IV desta Resolução, os órgãos do Poder Judiciário deverão estabelecer formalmente o Plano Anual de Capacitação, contendo ações de capacitação para as funções-chave da gestão de contratações, incluindo dirigentes, pregoeiros, membros das comissões de licitação, servidores que atuam na	<p>Elaboração do Plano Anual de Capacitação para servidores que atuam na área de contratações, incluindo a capacitação para as funções-chave da gestão de contratações, com conteúdo para:</p> <p>a) o desenvolvimento de conhecimentos técnicos, habilidades e atitudes; e</p> <p>b) o estímulo à inovação e à gestão do</p>

pesquisa de preços, gestores e fiscais de contratos, bem como agentes que atuam nas demais fases do processo de contratações.

§ 1º Os gestores que atuam nos instrumentos de governança, tais como o PLS e o PAC, também deverão ser capacitados.

§ 2º As ações de capacitação contempladas no Plano devem permitir não só o desenvolvimento de conhecimentos técnicos, como também habilidades e atitudes que são desejáveis ao bom desempenho das funções-chave.

conhecimento.

04	<p>Art. 14. Observadas as disposições legais e sem prejuízo das disposições normativas já publicadas pelo Conselho Nacional de Justiça, a gestão das contratações dos órgãos do Poder Judiciário deve:</p> <p>I – assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;</p> <p>II – instituir processos de controle interno para mitigar o risco de contratações com</p>	<p>I – Elaboração de mapeamento de processos para garantir:</p> <p>a) a seleção de proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para o TSE;</p> <p>b) a mitigação de riscos de contratações com sobrepreço ou com preços inexequíveis e superfaturamento na execução do contrato; e</p> <p>c) a presença dos estudos técnicos preliminares, quando necessário, e demais atos praticados nos processos de contratação, objetivando o aprimoramento da</p>

sobrepço ou com preços manifestadamente inexequíveis e superfaturamento na execução do contrato;

III – assegurar meios para avaliar a eficácia das contratações, mediante a aferição de resultados e da qualidade dos bens, obras e serviços contratados;

IV – garantir a presença dos estudos técnicos preliminares, quando necessário, e demais atos praticados nos processos de contratação;

V – observar a devida transparência nos atos praticados em todas as fases do processo de

interação com o mercado fornecedor, para a busca de melhores soluções para as necessidades institucionais, sociais e do meio ambiente, assegurando tratamento isonômico, bem como a justa competição.

II – implementar projeto para:

a) avaliar a eficácia das contratações, mediante a aferição de resultados e da qualidade dos bens, obras e serviços contratados;

b) proceder, periodicamente, a avaliação quantitativa e qualitativa da área de gestão de contratações e das unidades administrativas relacionadas ao macroprocesso de

<p>contratações, em especial nos eventos a serem conduzidos na fase da seleção do fornecedor, respeitados os princípios da isonomia e da publicidade;</p> <p>VI – propor modelagem de processos de contratação, observadas as boas práticas e os normativos vigentes;</p> <p>VII – introduzir rotina aos processos de pagamentos dos contratos, incluindo as ordens cronológicas de pagamento, juntamente com sua memória de cálculo, relatório circunstanciado, proposições de glosa e ordem bancária, dentre outros</p>	<p>contratações, de forma a delimitar as necessidades de recursos humanos;</p> <p>c) instituir objetivos, indicadores e metas para a gestão de contratações, que evidenciem:</p> <p>c.1) formas de acompanhamento de desempenho e de resultados;</p> <p>c.2) iniciativas que promovam soluções para melhoria do desempenho institucional, com apoio, quando possível, dos resultados da gestão de riscos;</p> <p>c.3) instrumentos de promoção do processo decisório orientado pelas evidências, pela conformidade legal, pela qualidade regulatória, pela</p>
---	--

documentos comprobatórios;

VIII – estabelecer diretrizes para a nomeação de fiscais de contrato, com base no perfil de competências e evitando a sobrecarga de atribuições;

IX – padronizar os procedimentos para a fiscalização contratual, respeitando-se os princípios do devido processo legal e do contraditório, quando da apuração de descumprimentos junto a fornecedores;

X – modelar o processo sancionatório decorrente de compras e contratações públicas, estabelecendo-se, em especial,

desburocratização e pelo apoio à participação da sociedade;

c.4) indicadores mínimos de desempenho, a seguir relacionados:

c.4.1) quantidade de compras compartilhadas realizadas e o percentual relativo ao total das compras;

c.4.2) índice de transparência, nos termos da Resolução CNJ sobre a matéria;

c.4.3) quantidade de licitações desertas ou fracassadas;

c.4.5) quantidade de dispensas de licitação; e

critérios objetivos e isonômicos para a determinação da dosimetria na aplicação das penas; e

XI – zelar pela devida segregação de funções, em todas as fases do processo de contratação.

Parágrafo único. Nos processos de contratação, os órgãos do Poder Judiciário deverão incluir práticas de gestão sustentável, racionalização e consumo consciente, nos termos da [Resolução CNJ nº 201/2015](#), e suas atualizações.

c.4.6) compras sustentáveis.

III - implementar rotina na CPL e na SECONT para garantir a transparência nos atos praticados em todas as fases do processo de contratação.

IV – Ver com a SOF sobre o art. 14, VII, da Resolução CNJ nº 347/2020 quanto à necessidade de avaliar a implantação de projeto para introduzir rotina aos processos de pagamentos dos contratos, incluindo as ordens cronológicas de pagamento, juntamente com sua memória de cálculo, relatório circunstanciado, proposições de glosa e ordem bancária, entre outros documentos comprobatórios;

		<p>V – sugere-se à Comissão de Modernização da SAD certificar-se de que a novel IN estabelecerá requisitos/critérios para:</p> <ul style="list-style-type: none">a) nomeação de fiscais de contrato, com base no perfil de competências e evitando a sobrecarga de atribuições; eb) segregação de funções, em todas as fases do processo de contratação <p>VI – avaliar a implantação de projeto para:</p> <ul style="list-style-type: none">a) padronizar os procedimentos para a fiscalização contratual, respeitando-se os princípios do devido processo legal e do contraditório, quando da apuração de descumprimentos
--	--	--

		<p>junto a fornecedores; e</p> <p>b) modelar o processo sancionatório decorrente de compras e contratações públicas, estabelecendo-se, em especial, critérios objetivos e isonômicos para a determinação da dosimetria na aplicação das penas.</p>
05	<p>Art. 19. As licitações para contratação de bens e serviços de uso comum pelos órgãos do Poder Judiciário serão, preferencialmente, efetuadas por compras compartilhadas.</p> <p>Art. 20. As unidades de compras dos órgãos do Poder Judiciário</p>	<p>I – sugere-se ao Gabinete da SAD incentivar reuniões com o CNJ e tribunais superiores, bem como de outros tribunais sediados em Brasília ou em outras unidades da federação, objetivando o aprimoramento do Acordo de Cooperação, que tem por</p>

<p>que atuam em nível nacional deverão, sempre que possível:</p> <p>I – desenvolver, propor e implementar modelos, mecanismos, processos e procedimentos para contratação compartilhada de bens e serviços de uso comum pelos órgãos;</p> <p>II – planejar, coordenar, monitorar e operacionalizar as atividades relacionadas à inteligência e à estratégia de licitação;</p> <p>III – fomentar o processo de padronização e catalogação de itens sob sua responsabilidade no catálogo de materiais e serviços,</p>	<p>objeto a realização de contratações compartilhadas/conjuntas, o que possibilitará:</p> <p>a) o desenvolvimento, proposição e implementação de modelos, mecanismos, processos e procedimentos para contratação compartilhada de bens e serviços de uso comum pelos partícipes;</p> <p>b) a instituição de equipes multidisciplinares ou comitês interinstitucionais, formados por integrantes da área de gestão de contratações, de almoxarifado e patrimônio e de gestão socioambiental para atuar como instância consultiva e de suporte técnico às compras compartilhadas;</p> <p>c) a realização de compras</p>
---	---

sempre que possível, com a inclusão de critérios de sustentabilidade;

Art. 21. É recomendável a criação de equipes multidisciplinares ou comitês interinstitucionais, formados por integrantes da área de gestão de contratações, de almoxarifado e patrimônio e de gestão socioambiental para atuar como instância consultiva e de suporte técnico às compras compartilhadas.

Parágrafo único. As equipes multidisciplinares ou comitês interinstitucionais mencionados no caput deste artigo serão

compartilhadas, sempre que possível, subdivididas em regiões específicas, de modo a garantir a compra mais vantajosa conforme a característica de cada uma delas;

d) a padronização de editais;

e) a publicação das compras compartilhadas no sítio eletrônico do órgão, se possível, com ambiente virtual de troca de experiências;

f) a construção de indicadores relacionados às compras sustentáveis e às compras compartilhadas; e

g) ao planejamento, coordenação, monitoramento e operação de atividades relacionadas à inteligência e à estratégia de

provisórios e instituídos por ato normativo específico.

Art. 22. As compras compartilhadas serão realizadas preferencialmente entre os órgãos do Poder Judiciário, podendo participar órgãos e entidades de outros poderes da administração pública federal, sendo permitida a participação de órgãos, conforme disposto na legislação.

Art. 23. As compras compartilhadas poderão ser realizadas em nível nacional, regional ou local.

Parágrafo único. As compras

licitação.

II – sugere-se à Coordenadoria de Material e Patrimônio a implantação de projeto com o objetivo de fomentar o processo de padronização e catalogação de itens sob sua responsabilidade no catálogo de materiais e serviços, sempre que possível, com a inclusão de critérios de sustentabilidade.

compartilhadas deverão, sempre que possível, ser subdivididas em regiões específicas, de modo a garantir a compra mais vantajosa conforme a característica de cada uma delas.

Art. 24. As compras compartilhadas bem-sucedidas deverão servir de base para padronização de editais.

Art. 25. Deverão ser publicadas no sítio eletrônico do órgão todas as informações sobre as compras compartilhadas realizadas e em andamento, se possível, com ambiente virtual de troca de experiências.

	Art. 26. Os órgãos do Poder Judiciário deverão construir indicadores relacionados às compras sustentáveis e às compras compartilhadas.	
06	<p>Art. 27. Observadas as disposições constantes da Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário, instituída por meio das Resoluções CNJ nº 192/2014, e nº 240/2016, os órgãos do Poder Judiciário deverão:</p> <p>I – definir as funções-chave ligadas à governança e à gestão</p>	<p>I – implementar projeto em parceria com a SGP objetivando a aprovação de normativo com:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) definição de funções-chave ligadas à governança e à gestão de contratações, incluindo os principais agentes do processo de contratações; b) estabelecimento de modelo de

de contratações, incluindo os principais agentes do processo de contratações, de acordo com os processos de trabalho estabelecidos e a estrutura de cada órgão;

II – estabelecer modelo de competências para os ocupantes das funções-chave previstas no inciso I; e

III – realizar a escolha dos ocupantes de funções-chave fundamentados nos perfis de competências definidos no modelo de que trata o inciso II, observando os princípios da transparência, da motivação, da

competências para os ocupantes das funções-chave;

c) sugestões para escolha dos ocupantes de funções-chave fundamentados nos perfis de competências;

d) competências, atribuições e responsabilidades dos dirigentes, incluindo a responsabilidade pelo estabelecimento de políticas e procedimentos de controle interno necessários para mitigar os riscos;

e) competências, atribuições e responsabilidades dos demais cargos da área de gestão de contratações; e

f) política de delegação de competência para praticar atos nos processos de contratações, se

	eficiência e do interesse público.	pertinente.
07	<p>Art. 28. Compete aos órgãos do Poder Judiciário:</p> <p>I – adotar código de ética formalmente, inclusive avaliando a necessidade de complementá-lo ante as atividades específicas da gestão de contratações;</p> <p>II – promover ações de disseminação, capacitação ou treinamento do código de ética;</p> <p>III – constituir comissão de ética ou outro mecanismo colegiado de controle e monitoramento do cumprimento do código de ética</p>	<p>I – implementar projeto para:</p> <p>a) promover ações de disseminação, capacitação ou treinamento do código de ética;</p> <p>b) constituir comissão de ética ou outro mecanismo colegiado de controle e monitoramento do cumprimento do código de ética instituído;</p> <p>c) promover ações de fomento à integridade e conformidade legal dos atos praticados;</p> <p>d) estabelecer diretrizes para garantir</p>

	<p>instituído; e</p> <p>IV – estabelecer diretrizes para garantir que, de ofício, sejam apurados os fatos com indício de irregularidade ou contrários à política de governança de contratações, promovendo a responsabilização em caso de comprovação.</p>	<p>que, de ofício, sejam apurados os fatos com indício de irregularidade ou contrários à política de governança de contratações, promovendo a responsabilização em caso de comprovação.</p>
08	<p>Art. 29. Compete aos órgãos do Poder Judiciário:</p> <p>I – proceder, periodicamente, a avaliação quantitativa e qualitativa da área de gestão de contratações e das unidades</p>	<p>I – Ver com a SOF sobre o art. 29, III, da Resolução CNJ nº 347/2020 quanto à pertinência de atribuir a um comitê técnico multidisciplinar, integrado por representantes dos diversos setores da organização, a responsabilidade por</p>

<p>administrativas relacionadas ao macroprocesso de contratações, de forma a delimitar as necessidades de recursos humanos;</p> <p>II – estabelecer em normativos internos:</p> <p>a) competências, atribuições e responsabilidades dos dirigentes, incluindo a responsabilidade pelo estabelecimento de políticas e procedimentos de controle interno necessários para mitigar os riscos;</p> <p>b) competências, atribuições e responsabilidades dos demais cargos da área de gestão de</p>	<p>auxiliar a alta administração nas decisões relativas às contratações.</p> <p>II - fomentar a utilização do Sistema CONTA para a gestão das contratações.</p>
---	---

contratações;

c) política de delegação de competência para praticar atos nos processos de contratações, se pertinente;

III – avaliar a pertinência de atribuir a um comitê técnico multidisciplinar, integrado por representantes dos diversos setores da organização, a responsabilidade por auxiliar a alta administração nas decisões relativas às contratações;

IV – observar as diferenças conceituais entre controle interno (a cargo dos gestores responsáveis pelos processos que

recebem o controle) e auditoria interna, de forma a não atribuir atividades de cogestão à unidade de auditoria interna;

V – fomentar o emprego de tecnologias digitais padronizadas e integradas para a gestão de contratações, que permitam soluções de contratações em formato eletrônico; e

VI – utilizar ferramentas de contratações eletrônicas modulares, flexíveis, escaláveis e seguras para assegurar a continuidade, privacidade, integridade e isonomia nos negócios e proteger dados

	<p>confidenciais.</p> <p>Parágrafo único. O Comprasnet e os módulos do SIASG são de uso recomendável, bem como o uso de ferramentas eletrônicas de apoio ainda não previstas na plataforma.</p>	
09	<p>Art. 30. Compete aos órgãos do Poder Judiciário quanto à gestão de riscos nas contratações:</p> <p>I – estabelecer as diretrizes e a metodologia para implantar a gestão de riscos nas contratações;</p> <p>II – promover capacitação em</p>	<p>I – implementar projeto com o objetivo de implantar política de riscos das contratações, com as seguintes ações:</p> <p>a) promover capacitação de servidores;</p> <p>b) gerenciar os riscos das contratações;</p> <p>c) elaborar, anualmente, plano de ação</p>

gestão de riscos nas contratações;

III – gerenciar os riscos das contratações, observando o disposto no inciso I e as exigências previstas em normativos específicos;

IV – elaborar anualmente plano de ação para tratamento dos riscos avaliados no macroprocesso de contratações, observado o disposto no inciso I;

V – incluir nas atividades de auditoria interna a avaliação da gestão de riscos nas contratações;
e

VI – assegurar que os responsáveis pela tomada de

para tratamento dos riscos avaliados no macroprocesso de contratações; e

d) assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão em contratações tenham acesso tempestivo a informações quanto aos riscos aos quais o TSE está exposto, inclusive para determinar questões relativas à delegação de responsabilidades, se for o caso.

decisão em contratações, em todos os níveis do órgão ou entidade, tenham acesso tempestivo a informações quanto aos riscos aos quais está exposta a organização, inclusive para determinar questões relativas à delegação de responsabilidades, se for o caso.

Parágrafo único. A gestão de riscos deverá subsidiar a racionalização do trabalho administrativo ao longo do processo de contratações, com o estabelecimento de controles proporcionais aos riscos e suprimindo-se rotinas puramente formais.

10	<p>Art. 31. Observado o disposto na <u>Resolução CNJ nº 215/2015</u>, que dispõe sobre o acesso à informação e a aplicação da <u>Lei nº 12.527/2011</u>, e na <u>Resolução CNJ nº 260/2018</u>, devem ser publicados nos sítios eletrônicos dos órgãos do Poder Judiciário os principais documentos que integram os processos de contratação, excluídos os considerados sigilosos nos termos da lei.</p>	<p>Sugestão apresentada no 4º item deste documento.</p>
11	<p>Art. 32. Compete aos órgãos do Poder Judiciário elaborar o Plano Estratégico de Comunicação para</p>	<p>I – Implementar, em parceria com a</p>

implementação dos ditames desta Resolução, que assegure, além do disposto na [Resolução CNJ nº 85/2009](#), os seguintes objetivos:

I – identificação de ações necessárias e efetivas para o atingimento dos resultados pretendidos por meio de processos empáticos de diagnóstico com os destinatários da informação;

II – promoção do engajamento de todos os atores envolvidos nos fluxos de contratações, com promoção do conhecimento e da transformação cultural que fomente a adoção de

ASCOM, Plano Estratégico de Comunicação objetivando:

- a) identificação de ações necessárias e efetivas para o atingimento dos resultados pretendidos por meio de processos empáticos de diagnóstico com os destinatários da informação;
- b) promoção do engajamento de todos os atores envolvidos nos fluxos de contratações, com promoção do conhecimento e da transformação cultural que fomente a adoção de contratações sustentáveis;
- c) interação colaborativa entre os diversos setores do órgão para alinhamento e compartilhamento do conhecimento; e

	<p>contratações sustentáveis;</p> <p>III – interação colaborativa entre os diversos setores do órgão para alinhamento e compartilhamento do conhecimento; e</p> <p>IV – acessibilidade às informações.</p> <p>Parágrafo único. Sempre que possível, dever-se-á utilizar recursos de visual law que tornem a linguagem de todos os documentos, dados estatísticos em ambiente digital, análise de dados e dos fluxos de trabalho mais claros, usuais e acessíveis.</p>	<p>d) acessibilidade às informações.</p>

12	<p>Art. 33. Compete à alta administração dos órgãos do Poder Judiciário, observadas as diretrizes do art. 3º e as demais disposições desta Resolução, implementar objetivos, indicadores e metas para a gestão de contratações, que evidenciem:</p> <p>I – formas de acompanhamento de desempenho e de resultados;</p> <p>II – iniciativas que promovam soluções para melhoria do desempenho institucional, com apoio, quando possível, dos resultados da gestão de riscos; e</p> <p>III – instrumentos de promoção do processo decisório orientado</p>	<p>Sugestão apresentada no 4º item deste documento.</p>
----	---	---

pelas evidências, pela conformidade legal, pela qualidade regulatória, pela desburocratização e pelo apoio à participação da sociedade.

Art. 34 São indicadores mínimos de desempenho para o cumprimento do disposto nesta Resolução a serem medidos e acompanhados pelo CNJ anualmente:

I – quantidade de compras compartilhadas realizadas e o percentual relativo ao total das compras;

II – índice de transparência, nos termos da Resolução CNJ sobre

	<p>a matéria;</p> <p>III – quantidade de licitações desertas ou fracassadas; e</p> <p>IV – quantidade de dispensas de licitação.</p>	